

FRAMEWORK PARA AVALIAÇÃO DO CONTEÚDO INFORMACIONAL DO RELATO INTEGRADO

ASSESSING FRAMEWORK OF THE INFORMATION CONTENT OF THE INTEGRATED REPORTING

CASSIUS KLAY SILVA SANTOS

Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: cassiusklay@gmail.com

GILBERTO JOSÉ MIRANDA

Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: gilbertojm@ufu.br

Resumo: Este estudo teve o propósito de desenvolver um *framework* teoricamente validado capaz de avaliar a conformidade da divulgação das informações sobre os capitais no Relato Integrado (RI) das empresas com os parâmetros definidos pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC). Inicialmente foi elaborada uma proposta prévia, considerando as indicações de estudos anteriores e das instruções do IIRC. Posteriormente, a proposta foi exposta e avaliada, ao longo de três rodadas, por uma comissão de especialistas em RI, com atuação nacional e internacional, por meio da técnica *Delphi* para validação. O resultado desse processo foi a validação de 62 palavras-chaves para identificar informações relevantes sobre os seis tipos de capitais divulgados nos RI conforme o IIRC (2013). Posteriormente, o instrumento foi testado em empresas brasileiras para ilustrar sua aplicação. Além de fomentar discussão teórica sobre o tema, o instrumento possibilita a mensuração tanto de informações financeiras, quanto não financeiras divulgadas pelas empresas que adotam as diretrizes do RI. Ele também abre caminho para pesquisas futuras nessa área, fornecendo uma ferramenta para avaliar a conformidade das práticas de divulgação empresarial.

Palavras-chave: Relato Integrado. Técnica Delphi. Conformidade. Sustentabilidade.

Abstract: This study aimed to develop a theoretically validated framework capable of assessing the disclosure conformity of information regarding capitals in Integrated Reporting (IR) by companies with parameters defined by the International Integrated Reporting Council (IIRC). Initially, a preliminary proposal was developed, considering indications from previous studies and IIRC guidelines. Subsequently, the proposal was exposed and evaluated over three rounds by a commission of IR specialists, with national and international expertise, using the Delphi technique for validation. The outcome of this process was the validation of 62 keywords to identify relevant information about the six types of capitals disclosed in IR according to IIRC (2013) standards. Afterwards, the instrument was tested on Brazilian companies in order to illustrate its application. In addition to fostering theoretical discussion about the topic, the instrument enables the measurement of both financial and non-financial information disclosed by companies adhering to IR guidelines. It also paves the way for future research in this area, providing a tool to assess the conformity of corporate disclosure practices.

Keywords: Integrated Reporting. Delphi Technique. Conformity. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Os relatórios contábeis podem ser tratados como a principal fonte de consulta para os usuários de informações contábeis externos às empresas. Entretanto, é plausível que, como relatório informacional, possa haver limitações, tanto pela sua forma de elaboração, quanto pelo entendimento das informações no formato em que são apresentadas (LAMES; MIRANDA, 2022).

Nesse sentido, o Relato Integrado (RI) é proposto pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC) como um modelo de evidenciação que apresenta informações mais completas a respeito das operações da empresa ao vincular informações financeiras e não financeiras à geração de valor pela companhia (IIRC, 2013). Nesse sentido, é importante destacar que o foco principal do IIRC não é substituir os modelos atuais de apresentação dos relatórios contábeis pelas empresas, como por exemplo, o modelo definido pela *International Financial Reporting Standard* (IFRS), mas apresentar um formato que possa complementar o conteúdo que é divulgado pelas companhias (IIRC, 2013).

Os estudos sobre essa temática, até o presente momento, concentraram em sua maioria, a análise de companhias da África do Sul (ZHOU, 2014; CORTESI; VENA, 2019), atualmente o único país que obriga as empresas a divulgarem informações no formato do RI ou a justificarem a não divulgação. Por outro lado, é notável a quantidade de empresas que optam por apresentar tal modelo de informação de forma voluntária. Em 2017, o IIRC contabilizou mais de 1.700 empresas em todo o mundo que faziam a divulgação do RI.

O formato do RI é relativamente novo, uma vez que suas discussões se iniciaram em 2010, e uma proposta de diretrizes foi apresentada em 2013 como parâmetro para uma aplicação mundial (DELOITTE, 2017; KASSAI; CARVALHO, 2013). A estrutura de elaboração sugerida pelo IIRC destaca a divulgação de seis tipos de capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, e de relacionamento e natural) e suas interdependências no processo operacional das empresas. Tal estrutura deveria ser utilizada para evidenciar informações financeiras e não financeiras e apresentar o processo de criação de valor. Entretanto, Villiers, Venter e Hsião (2017) apontam que não se têm medidas consensuais para aferir o nível de conformidade dos RI divulgados pelas empresas e as diretrizes apresentadas pelo IIRC (2013).

Assim, esta pesquisa tem como objetivo desenvolver um *framework* teoricamente validado capaz de avaliar a conformidade da divulgação das informações sobre os capitais no RI das empresas com os parâmetros definidos pelo IIRC. Para alcançar esse objetivo, foi elaborado um instrumento com base na literatura sobre o tema, estruturando os elementos teóricos correspondentes a cada tipo de capital delineado pelo IIRC para compor o modelo de divulgação do RI. Posteriormente, esse instrumento foi submetido a um painel de especialistas para validação teórica, utilizando a técnica Delphi.

2 RELATO INTEGRADO: CONCEITOS, ORIGEM E EVOLUÇÃO

O Relato Integrado (RI), proposto pelo IIRC (2013), visa desenvolver uma estrutura de divulgação que possa ser aplicada de forma global. Para tanto, uma estrutura básica foi formulada por uma “coalização global de reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões, profissionais do setor contábil e ONGs” (IIRC, 2013, p.1). Essa abordagem global também é observada na apresentação das diretrizes, que são indicadas como princípios gerais adaptáveis ao contexto da empresa que a utiliza.

A aplicação de uma estrutura que pode ser adaptada potencializa sua utilização em diferentes localidades, uma vez que as características do ambiente podem influenciar a forma com que as diretrizes do RI são aplicadas. Jensen e Berg (2012) indicam que as características dos países podem ser determinantes na forma como os RI são elaborados e divulgados. Eccles e Spiesshofer (2015) corroboram tal indicação ao argumentarem que cada país poderá seguir seu próprio formato de divulgação do RI, considerando por exemplo, suas características e regras sobre o mercado de capitais, desenvolvimento econômico e socioambiental e formato legal. A mesma possibilidade de

adaptação é apontada por Pavlopoulos, Magnis e Iatridis (2019) ao mencionarem que os níveis de conformidade com o que é proposto pelo IIRC podem variar entre os países, dependendo de atributos presentes, como fatores institucionais estabelecidos nas empresas e no próprio país a respeito de como ocorre a divulgação.

O RI surge como uma proposta de melhoria da qualidade informacional das empresas sobre suas operações e geração de valor e, conseqüentemente, contribui para que informações relevantes sejam publicadas de forma mais completa para as partes interessadas (IIRC, 2013). Nesse sentido, foram iniciadas as primeiras discussões sobre como as informações das empresas poderiam demonstrar de forma efetiva a criação de valor ao longo do tempo. O IIRC (2013) preconiza que a comunicação sobre a geração de valor nas empresas é uma etapa evolutiva nos relatórios corporativos.

Nesse sentido, é com o propósito de informar sobre a geração de valor de uma organização que o IIRC (2013) relaciona o RI como uma forma de evolução dos relatórios corporativos. Esses formatos de relatórios estão associados a uma categoria de informações específicas que buscam atender a grupos de interesses variados. No caso do RI, é observada uma junção entre os tipos de informação, tanto as que são financeiras como as não financeiras. Entretanto, destaca-se que a unificação de informações desses dois tipos não é simplesmente uma junção sem propósitos, pois as diretrizes do IIRC (2013) apontam que essas informações devem ser apresentadas em conjunto com a expectativa de tornar o conteúdo mais relevante às partes interessadas. Dessa forma, seria necessário divulgar as informações-chave que podem afetar de forma significativa o processo de geração de valor na organização.

O processo para implementar o RI passou por diversas fases e ainda se encontra em desenvolvimento. Ele foi iniciado em 2010 com a criação do comitê internacional de discussão do RI. As discussões se formaram em torno da necessidade de atender as novas demandas informacionais sobre ações e decisões tomadas pelas empresas no curso de suas atividades. Eccles e Krzus (2010) avaliam que um modelo de relatório único que consolidasse informações de demonstrativos financeiros (como Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, e Demonstração dos Fluxos de Caixa) e não financeiros (como Relatórios de Sustentabilidade, e Balanço Social) de forma ordenada poderia suprir essa demanda por novas formas de informação. Na concepção de Eccles e Spiesshofer (2015), novas gerações de investidores estão apresentando maior interesse em informações não financeiras, que vão além das que são apresentadas em relatórios de sustentabilidade. Eles querem saber, por exemplo, sobre a forma como as empresas geram valor e mantêm seus desempenhos.

Em 2011, foram realizadas as primeiras discussões sobre a estrutura conceitual para o RI. Nesse mesmo momento foi realizada a aplicação prática das diretrizes em 100 companhias de diferentes países que foram voluntárias para o programa piloto. A aplicação nas empresas voluntárias possibilitou modificações nos princípios para que, posteriormente, em 2012, fosse implementada uma estrutura preliminar, observando a experiência com as empresas do programa piloto. No ano de 2013 houve a fase de consulta pública sobre a proposta de estrutura para o RI, com uma versão de aplicação global (Estrutura Internacional para Relato Integrado), com sua implementação a partir de 2014 (IIRC, 2019).

O IIRC (2019) destaca que, no período entre 2014 e 2018, o processo de implementação encontrava-se em uma fase dinâmica, com o propósito de alcançar o objetivo de se tornar um modelo de divulgação global. Ao longo do ano de 2020 foram realizadas discussões para revisar as diretrizes para elaboração do RI publicado em 2013, e elas aconteceram de forma pública, com a participação de grupos de incentivo e acompanhamento ao RI de diferentes países, com consulta ao mercado e outros interessados de forma geral (IIRC, 2021). A estrutura revisada foi apresentada no início de 2021, e é indicado que as revisões que foram realizadas não sejam materiais quando comparadas com a versão publicada anteriormente, entretanto espera-se melhorias em termos de clareza, qualidade e simplicidade (IIRC, 2021).

Em 2020 houve uma consulta pública mundial a fim de avaliar se a IFRS *Foundation* deveria gerar as normas globais para Relatórios de Sustentabilidade, sendo então aprovada (IIRC, 2021). Com isso, em julho de 2022 foi iniciado o processo de incorporação do *Value Reporting Foundation*

(VRF), atual responsável pelas diretrizes do RI, ao grupo IFRS *Foundation*, que passa a se tornar responsável pelo processo de revisão e divulgação das diretrizes, incluindo também esse modelo aos seus relatórios atuais.

A proposta de divulgação de um RI tem, entre seus princípios básicos, o foco estratégico da organização e orientação para o futuro, evidenciando como a forma estratégica se relaciona com a geração de valor ao longo do tempo (IIRC, 2013). Nesse sentido, são elencados os capitais apontados como sustentação teórica para identificar a geração de valor, conforme detalhado na Tabela 1:

Tabela 1 - Conceitos e abrangência dos tipos de capitais

Tipo de capital	Conceito	Abrangência
Financeiro	Conjunto de recursos à disposição da empresa para utilização na geração de bens ou serviços.	Podem ser obtidos por fontes de recursos próprias ou de terceiros.
Manufaturado	Objetos físicos manufaturados (diferentes de objetos físicos naturais) disponíveis a uma organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços.	Incluem itens como prédios, equipamentos, infraestrutura, dentre outros que possam ter sido produzidos por terceiros, mas estão sob uso da organização.
Intelectual	Elementos intangíveis organizacionais baseados em conhecimento, também denominados como 'capital organizacional'.	São representados por propriedade intelectual (como patentes, <i>softwares</i> , direitos autorais), sistemas, procedimentos e protocolos.
Humano	Caracterizado pelas competências, habilidades e experiências das pessoas e suas motivações para inovar.	É considerado a capacidade de entender, desenvolver e implementar estratégias. Alinhamento a aspectos de governança, gerenciamento de riscos e comportamento ético.
Social e de relacionamento	As instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes, e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo.	Incorporam padrões, valores e comportamentos comuns; compromisso e confiança com o desenvolvimento das atividades e proteção com as partes interessadas, licença social para operação.
Natural	Todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização.	Composto por elementos naturais: água, terra, minerais, biodiversidade, qualidade do ecossistema.

Fonte: Elaborada com base no IIRC (2013).

Nem todos os capitais descritos são aplicáveis a todas as companhias da mesma forma, por isso a estrutura apresentada para o RI é flexível quanto ao volume de informações alocadas em cada um deles, ou seja, as empresas não são obrigadas a apresentar todos os capitais. Isso é ressaltado no IIRC (2013) ao avaliar que, embora se tenha uma expectativa de interação entre os seis tipos de capitais, na maior parte das empresas pode haver graus de significância diferentes de interação, notadamente entre diferentes setores. Nesse sentido, estudos anteriores constataram, por exemplo, que informações sobre capital humano têm maior impacto para companhias do setor tecnológico, enquanto informações sobre capital social e de relacionamento têm impacto em companhias do setor público (HIRSCHEY; RICHARDSON; SCHOLZ, 2001; FARNETI *et al.*, 2019).

Rodrigues, Morais e Cunha (2016) ainda alertam que existem desafios para a aplicação de um novo conceito informacional, sendo necessário observar as características da própria organização e manter o propósito da comunicação da contabilidade por meio do RI. Dessa maneira, entende-se que o processo do tipo de informação divulgada pode variar entre as empresas, considerando suas características, setor, ambiente de atuação e outros elementos, fazendo com o que o RI contribua na evidenciação do que está associado à geração.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Apresentação da técnica Delphi

A técnica Delphi é definida como “um método estruturado para o processo de comunicação em grupo, de modo que o processo é efetivo ao permitir que um grupo de indivíduos, como um todo, lide com um problema complexo” (LINSTONE; TUROFF, 2002, p. 3). Esse processo envolve a comunicação estruturada em grupo, no qual os participantes emitam suas opiniões sobre determinado fato, com possibilidade de reavaliarem suas opiniões individuais em função de uma avaliação do grupo (LINSTONE; TUROFF, 2002). Essa reavaliação é aplicada para obter um conjunto de opiniões que seja consenso entre todos os participantes. Como definido por Dalkey e Helmer (1963, p. 1), o objetivo principal da aplicação da técnica *Delphi* “é obter o mais confiável consenso de opinião de um grupo de especialistas”.

Embora diferentes pesquisas utilizem instrumentos para verificar a conformidade dos Relatórios Integrados (RI) com as especificações (LEE; YEO, 2015; BARTH *et al.*, 2017; CORTESI; VENA, 2019), o uso da técnica Delphi ainda não foi amplamente adotado. Considerando a relativa novidade do tema e a ausência de um consenso ou técnica estipulada para essa avaliação, a aplicação da técnica Delphi pode aumentar a qualidade e a confiabilidade do instrumento focado nessa pesquisa.

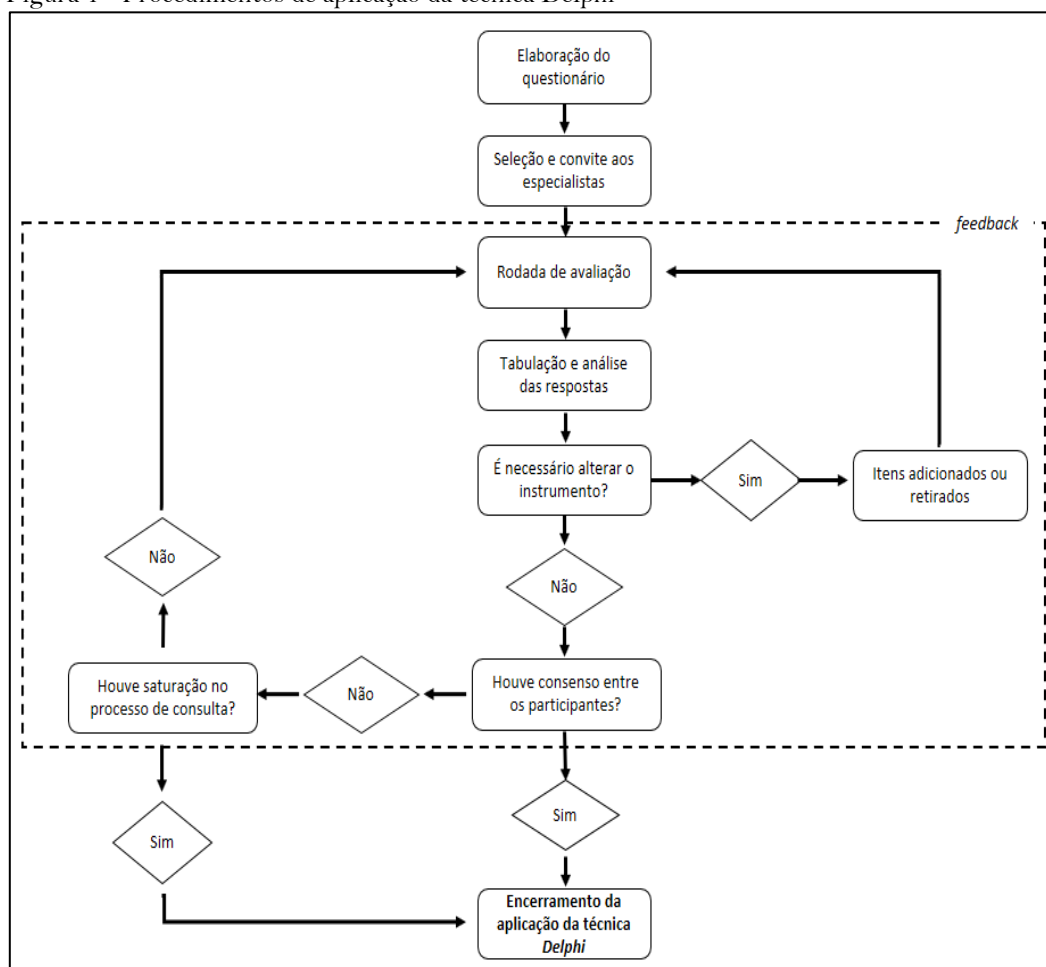
Linstone e Turoff (1975) argumentam que a aplicação da técnica Delphi seria apropriada para diferentes situações, quando avaliados contextos em que, por exemplo, não se tenha um banco de dados historicamente conhecido ou efetivamente confiável. Ela também seria apropriada para desenvolver relações causais de fenômenos econômicos ou sociais. Nessa perspectiva, a técnica pode ser considerada válida para o estudo proposto, uma vez que o foco está em um tema que não apresenta uma base de dados históricos longa devido ao contexto atual de utilização do RI ser relativamente recente.

As características essenciais para a efetividade de aplicação da técnica Delphi incluem o anonimato dos respondentes, a representação estatística da distribuição dos resultados e o *feedback* de respostas do grupo para reavaliação nas rodadas subsequentes (GIOVINAZZO, 2001; ROZADOS, 2015). Esses procedimentos têm como propósito manter as características e experiências individuais de cada participante do grupo de especialistas. Grisham (2009, p. 118) destaca que esses pontos principais devem ser seguidos para que as respostas estejam representadas “pelas opiniões, experiência e conhecimento de cada integrante, eliminando os preconceitos de interação interpessoal”.

A aplicação da técnica Delphi convencional, conforme indicado por Linstone e Turoff (1975), passa por quatro fases distintas, sendo elas: fase 1 - cada especialista contribui com informações adicionais que sejam condizentes ao assunto em discussão; fase 2 - é realizada a avaliação das informações e identificados os pontos de divergência e convergência entre todos os membros do grupo de discussão; fase 3 - os pontos em que ocorreram divergências são discutidos e melhor explorados, observando-se as razões e argumentos apresentados; fase 4 - após os *feedbacks* são observadas novamente as informações e definido o objeto em discussão com base na anuência de todos os participantes na discussão. Grisham (2009) complementa que para a aplicação também é importante realizar a etapa de pré-teste do instrumento de consulta a ser aplicado aos especialistas (que foi feito neste trabalho), e que os processos de *feedback* devem ocorrer quantas vezes forem necessárias até identificar o maior nível de convergência de opinião dentre os participantes ou estabilidade nas respostas.

Os procedimentos de aplicação da técnica na presente pesquisa seguem a sequência apresentada na Figura 1.

Figura 1 - Procedimentos de aplicação da técnica Delphi



Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme apresentado na Figura 1, é possível observar que a aplicação da técnica é feita por meio de um questionário (termo utilizado para consulta aos especialistas), que no presente estudo, foi composto pelos itens relativos a cada capital indicado pelo IIRC para a construção do RI. Após a construção do instrumento e realizado o pré-teste, ele foi submetido aos especialistas para que esses emitissem opiniões a respeito da proposta. As rodadas de discussão com os especialistas participantes são aplicáveis até que não existam mais diferenças significativas de percepção entre eles sobre o assunto tratado, ou se tenha estabilidade nas respostas. A esse respeito, Linstone e Turoff (1975) consideram que é possível obter alto grau de consenso entre os especialistas na primeira e na segunda rodada de discussão, mas a cada nova rodada o instrumento em avaliação estará mais bem construído, uma vez que em todas as rodadas de discussão é apresentado o *feedback* ao painel de especialistas para que eles argumentem e justifiquem suas escolhas frente aos argumentos de outros participantes.

3.2 Elaboração do instrumento de pesquisa

O instrumento foi elaborado com o propósito de observar o nível de conformidade entre as informações apresentadas nos RI divulgados pelas empresas e os tipos de capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, e de relacionamento e natural) indicados pelas diretrizes do IIRC. Assim, para sua elaboração, foram observadas como ponto de consulta principal, as diretrizes estabelecidas pelo IIRC (IIRC, 2013). Por meio desse documento foram observados os conceitos, definições e elementos teóricos apresentados para cada tipo de capital. Com o intuito de complementar o instrumento, foram verificadas, em estudos anteriores (CHENG *et al.*, 2014; ZHOU, 2014; COULSON *et al.*, 2015; LEE; YEO, 2015; HALLER, 2016; CARDOSO; SILVA; SILVA, 2017;

LIMA, SILVA, 2017; MANTOVANI *et al.*, 2017; CASONATO; FARNETI; DUMAY, 2019; SANTIS *et al.*, 2019), quais informações seriam esperadas para cada tipo de capital e, consequentemente, quais informações deveriam ser observadas com o uso do instrumento.

Com base nessas fontes, foram estabelecidos os elementos teóricos que caracterizam cada tipo de capital presente no RI. Em seguida, foram propostas palavras-chave para validar esses elementos teóricos por meio da técnica Delphi, resultando na primeira versão do instrumento.

Posteriormente, essa versão preliminar do instrumento foi enviada para um processo de pré-teste. Houve a participação de dois professores pesquisados sobre o Relato Integrado e dois alunos do curso de doutorado em Ciências Contábeis do Programa a que se vinculam os autores. Foi solicitado que avaliassem o entendimento e a clareza das informações contidas no instrumento. Os participantes sugeriram agrupar algumas palavras-chave semelhantes para facilitar o processo de busca. Além disso, foram feitas sugestões de inclusão de novas palavras-chave relacionadas às informações que se esperava identificar.

3.3 Técnica Delphi – Seleção de especialistas

Para aplicar a técnica Delphi, foram selecionados e convidados especialistas com amplo conhecimento ou experiência sobre o tema em discussão. Os participantes foram escolhidos com base em seu envolvimento com o RI, ensino, publicações relevantes ou participação ativa em eventos relacionados ao assunto (LINSTONE; TUROFF, 1975).

O contato com os especialistas ocorreu por e-mail, tanto para o convite de participação, quanto para a realização das rodadas de discussão indicadas na Figura 1. O e-mail também foi disponibilizado como uma alternativa de contato dos participantes com os pesquisadores, para que eles pudessem tirar dúvidas ou exprimir opiniões sobre o instrumento e a técnica. Esse contato com os pesquisadores também poderia ser realizado por telefone, que foi disponibilizado aos participantes em todas as etapas. Foram convidados 52 participantes com perfis diversificados (professores, gestores, elaboradores, pareceristas, auditores, membros de conselhos reguladores de diferentes nacionalidades). Muitos convidados declinaram com justificativas relacionadas aos efeitos da Pandemia da Covid-19, já que os convites foram enviados no início do ano de 2020.

Os especialistas que participaram da avaliação do eram profissionais com experiência de consultoria empresarial, membros de núcleos de pesquisa e discussão sobre o RI, participantes do grupo de discussão da regulamentação do RI no Brasil, membros do Conselho Consultivo do *Global Reporting Initiative* no Brasil (GRI), professores de cursos de graduação e pós-graduação relacionados à área de negócios e demonstrativos contábeis, membros da Comissão de Normalização Contabilística no exterior e participantes da comissão brasileira de acompanhamento do RI.

3.4 Medida de consenso entre os especialistas

O processo de aplicação da técnica Delphi é caracterizado pelas rodadas de discussão do questionário pelo painel de especialistas, sendo que o número de rodadas depende do estágio de consenso entre os membros do painel (DALKEY; HELMER, 1963; LINSTONE; TUROFF, 1975), ou seja, quando há baixa divergência sobre um determinado item ou elemento do questionário entre os participantes do painel de especialistas (YOUSUF, 2007). Marques e Freitas (2018) tratam o consenso entre especialistas como um processo de estabilidade de avaliação, o que indica que não haverá alterações significativas no instrumento em relação às respostas observadas.

Dessa forma, é importante destacar que o estado de consenso a ser observado não se resume à definição de apenas uma resposta possível em relação aos itens apresentados. Na presente pesquisa, a técnica Delphi apresentada se assemelha ao modelo tratado como “Delphi Normativo”, o qual tem como objetivo construir um instrumento que seja composto por um conjunto de elementos que possam ser desejáveis sobre um fato, mas não necessariamente serão identificados (YOUSUF, 2007; MARQUES; FREITAS, 2018). Portanto, o produto não será apenas um item a ser identificado em

cada capital elencado no RI, mas um conjunto de itens que se espera identificar em cada tipo de capital.

No desenvolvimento desse estudo foi solicitado que cada membro do painel de especialistas avaliasse os itens relativos aos capitais e indicasse o seu grau de concordância com a capacidade de o item proposto (palavra-chave) captar as informações divulgadas sobre os tipos de capitais do RI (elementos teóricos). Para a avaliação, foi solicitado que os especialistas atribuísem, a cada item, notas que variam entre 0 (discordo totalmente) e 10 (concordo totalmente) conforme sua concordância. Além desse aspecto, foi incentivado que fossem feitos comentários e sugestões de novas palavras-chave para que, posteriormente, elas fossem apresentadas e avaliadas pela comissão completa.

O critério a ser adotado para concluir a coleta compreendeu duas etapas: a) para ser aprovado cada item devia apresentar nota média superior a cinco pontos; b) uma vez aprovado, cada item foi avaliado quanto ao nível de dispersão das respostas apresentadas pelos especialistas. Para tanto, utilizou-se o coeficiente de variação (CV), calculado pela razão entre o desvio padrão e a média dos resultados obtidos, considerando que existe consenso quando há baixa dispersão nos resultados. No entanto, não há unanimidade nas medidas de consenso presentes na literatura, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Critérios para a classificação da dispersão dos dados por meio do Coeficiente de Variação

Autores	Martins e Donaire (2004)	Fávero, Belfiore, Silva e Chan (2009)	Belfiore (2015)	Martins e Theóphilo (2016)
Baixa dispersão	CV até 50%	CV até 30%	CV até 30%	CV até 15%
Média dispersão	-	-	-	CV entre 15% a 30%
Alta dispersão	CV acima de 50%	CV acima de 30%	CV acima de 30%	CV acima de 30%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme observado na Tabela 2, há variação nos valores que os autores consideram para a classificação do nível de dispersão obtido no cálculo pelo CV, bem como na quantidade de níveis. Além disso, a maior parte dos estudos define as medidas apenas para baixa ou alta dispersão, sem uma medida intermediária (média dispersão). Para avaliar a dispersão, nesse estudo, foi considerada a medida proposta por Martins e Theóphilo (2016) nas rodadas iniciais e Martins e Donaire (2004) na rodada final.

3.5 Teste do Instrumento

Após a validação dos conceitos e do instrumento pelos especialistas, por meio da técnica Delphi, foi realizado um teste prático em três situações diferentes. Essas situações envolveram uma análise documental dos RI de três empresas selecionadas (BARDIN, 2016), com o objetivo de verificar a conformidade das informações com os tipos de capitais indicados pelo IIRC.

As empresas escolhidas foram selecionadas com base em critérios como participação no projeto piloto do RI no Brasil, publicações anuais de RI e reconhecimento por prêmios de transparência. O teste do instrumento nessas situações práticas proporcionou contribuições adicionais sobre sua eficácia e aplicabilidade.

4 RESULTADOS DE APLICAÇÃO DA TÉCNICA DELPHI

4.1 Primeira rodada – Técnica Delphi

A primeira rodada de consulta aos especialistas foi realizada por meio de um questionário disponibilizado no *Google Forms*. As informações para acesso foram encaminhadas por e-mail para

os 17 participantes que concordaram em participar da aplicação da técnica Delphi. No entanto, apenas 13 participantes concluíram a rodada.

Foi encaminhado aos especialistas um questionário composto por 67 palavras-chave distribuídas ao longo dos seis tipos de capitais indicados na estrutura básica do RI. O questionário apresentava a possibilidade de o participante indicar uma nota, entre 0 e 10 pontos, evidenciando o seu nível de concordância sobre a capacidade daquela palavra-chave de capturar a informação (elemento teórico) que representaria o capital ao qual foi associada.

Nessa rodada 20 palavras-chave foram aprovadas (notas médias superiores a cinco pontos) e tiveram consenso, com quocientes de variação inferiores a 15% (ver Tabela 3). Alguns participantes, indicaram novas palavras-chave, as quais foram incluídas na próxima etapa para serem apreciadas pelos demais especialistas.

4.2 Segunda rodada – Técnica Delphi

A segunda rodada se iniciou com o envio do e-mail aos 13 participantes que responderam à primeira rodada. Ao término dessa, foram recebidas respostas de 12 participantes, ou seja, um dos participantes da primeira rodada não retornou.

Foram enviadas as 47 palavras-chave remanescentes da primeira etapa. Não foi necessário excluir nenhuma das palavras-chave, uma vez que todas apresentavam média acima de 5 pontos (na escala de zero a dez), o que representa aceitabilidade por parte da comissão – apesar de, ainda não ter chegado a um consenso. Por outro lado, novas palavras-chave sugeridas na primeira rodada foram incluídas no processo de avaliação, sendo elas: “cultura organizacional” na dimensão “Capital Intelectual”, para captar informações sobre conhecimento tácito, procedimentos e protocolos; e ‘ação social’ em “Capital Social e de Relacionamento”, para obter informações sobre “licença social para operações”. Como já existiam palavras-chave semelhantes, elas foram adicionadas como variação de outras palavras-chave, previamente apresentadas, como “projetos sociais” (ação social), e “rotinas organizacionais” (cultura organizacional).

Nessa rodada os participantes poderiam observar as condições gerais de respostas recebidas na primeira rodada (desvio padrão, média, coeficiente de variação) e tinham a opção de modificar as suas notas da primeira rodada. Com exceção de dois respondentes, os demais modificaram ao menos 4 notas de palavras-chave que haviam sido apresentadas na primeira rodada. Como resultado, foram identificadas 15 novas palavras-chave, com médias superiores a 5 pontos e coeficientes de variação baixos (menores que 15%) (ver Tabela 3). Todas as palavras-chave que não apresentaram consenso na segunda rodada (32 palavras-chave) foram mantidas para a aplicação na rodada seguinte.

4.3 Terceira e última rodada – Técnica Delphi

Foi encaminhada aos 12 participantes, novamente por e-mail, uma lista com as 32 palavras-chave que estavam sem consenso, os resultados gerais obtidos na segunda rodada (desvio padrão, média, coeficiente de variação) e a sua nota da rodada anterior.

No processo de tabulação dos itens da terceira rodada, foi constatado que nenhuma das palavras-chave obteve coeficiente de variação inferior a 15%, o que mostra que houve uma saturação das respostas. Logo, as opiniões, provavelmente, não seriam alteradas a ponto de convergirem em rodadas subsequentes.

Assim, ao final das três rodadas, constatou-se que apenas a palavra-chave “religião (crenças)”, que refere-se ao Capital Humano, mais especificamente sobre o elemento teórico definido como “experiência média profissional, diferencial da força de trabalho, equidade entre funcionários (gênero, etnia, idade, religião)” não foi aprovada, pois para essa palavra-chave a nota média foi de 3,7 pontos, com um CV de 95,5%, e por isso não atendeu a nenhum dos dois critérios definidos para a validação. Nota-se, desse modo, que as 66 demais palavras-chave para identificação de informações relativas aos seis capitais que compõem o RI, encontradas na literatura, foram consideradas aceitas

pela comissão de especialistas, por meio da técnica Delphi, por atenderem ao primeiro critério e apresentarem uma média acima de 5 pontos.

Cabe destacar que em 26 palavras-chave houve aceitação, mas o coeficiente de dispersão estava entre 16% e 50%, o que indica que os membros da comissão apresentaram níveis de aceitação diferentes para essas palavras-chave – mas que ainda podem ser consideradas aceitáveis nos critérios de Martins e Donaire (2004).

Após a finalização da consulta aos especialistas, identificaram-se 4 palavras-chave que tiveram dispersão acima de 50%: “Riscos (Gerenciamento de riscos, Monitoramento de riscos, Gestão de risco)”; “Lealdade”; “Seguro saúde”; e “Equipamento de proteção individual (EPI)”. Isso pode revelar que os especialistas atribuíram notas mais heterogêneas para essas mesmas palavras-chave. Assim, mesmo apresentando as médias de notas acima de 5 pontos, a decisão foi de exclusão no instrumento final devido à baixa dispersão.

A Tabela 3 apresenta o instrumento completo com os itens aprovados mediante a utilização da técnica Delphi.

Tabela 3 - Instrumento de conformidade definido com a aplicação da técnica Delphi

Capital Humano	DP	M	CV
E1 - Sobre “alinhamento e apoio à estrutura de governança de uma organização e à abordagem de gerenciamento de risco, e valores éticos”			
Estrutura de Governança (Governança; Governança corporativa).	3,50	7,71	45,3% ^c
Valores éticos (Código de ética, Ética empresarial.)	3,55	7,71	46,0% ^c
E2 - Sobre a “capacidade de compreender, desenvolver e implementar a estratégia de uma organização”			
Compreender (Compreensão estratégica)	2,48	7,79	31,9% ^c
Desenvolver estratégia (Desenvolvimento estratégico)	3,23	6,50	49,7% ^c
Implementar estratégia (Implementação estratégica)	3,36	6,79	49,6% ^c
E3 - Sobre “lealdades e motivações para melhorar processos, bens e serviços, incluindo sua capacidade de liderar, gerenciar e colaborar”			
Ações para melhoria	3,29	6,79	48,5% ^c
Colaborar (Colaboração)	3,42	6,93	49,4% ^c
Liderar (Liderança, Capacidade de liderança)	1,18	8,69	13,6% ^a
Gerenciar (Capacidade de gerenciar)	0,95	8,92	10,7% ^a
Autonomia	1,26	7,50	16,8% ^c
E4 - Sobre “aspectos associados ao bem-estar do profissional”			
Remuneração	1,73	8,00	21,7% ^c
Participação nos resultados	3,40	7,36	46,2% ^c
E5 - Sobre “segurança das empresas (medidas aplicadas ou implementadas)”			
Segurança	3,60	7,21	50,0% ^c
E6 - Sobre “experiência média profissional, diferencial da força de trabalho, equidade entre funcionários (gênero, etnia, idade, religião)”			
Diversidade	3,50	7,71	45,3% ^c
Gênero (Igualdade de gênero, Equidade de gênero)	0,73	9,44	7,7% ^b
Etnia	3,36	6,79	49,6% ^c
Idade	1,60	7,36	21,7% ^c
E7 - Sobre “treinamento e desenvolvimento”			
Desenvolvimento profissional (Qualificação, Treinamento, Capacitação)	1,72	8,43	20,4% ^c
Plano de carreira (Carreira)	1,70	8,36	20,4% ^c
Modelos de trabalho	3,09	6,29	49,2% ^c
Capital Intelectual	DP	M	CV
E8 - Sobre “propriedade intelectual (patentes, direitos autorais, softwares, direitos e licenças)”			
Patente (Direitos autorais)	0,88	9,46	9,3% ^a
Digital (Software, Inteligência artificial)	1,20	9,00	13,3% ^b
Licença	1,20	9,00	13,3% ^b
E9 - Sobre “capital organizacional (conhecimento tácito, procedimentos e protocolos)”			
Rotinas Organizacionais (Processamentos, Protocolos, Resultados, Formas de operação, Cultura organizacional)	1,20	8,00	14,9% ^b
Inovações (Conhecimento construído, Criação de conhecimento)	3,34	6,79	49,2% ^c
E10 - Sobre “Intangível (associado a marca ou reputação desenvolvida pela própria organização)”			
Marca	1,70	8,29	20,6% ^c

Unidade de negócio	2,89	5,93	48,8% ^c
Reputação	1,70	8,29	20,6% ^c
Capital Manufaturado	DP	M	CV
E11 - Sobre “capital manufaturado que é utilizado na produção de bens ou prestação de serviços”			
Produção	0,93	9,00	10,3% ^b
Prestação de serviço	3,48	7,14	48,8% ^c
E12 - Sobre “edifícios, equipamentos e infraestrutura”			
Edifício (Escritórios, Imóvel, Agência)	0,93	9,23	10,0% ^a
Equipamentos (Maquinários)	1,01	9,23	11,0% ^a
Fábrica	0,99	9,13	10,9% ^b
Usinas	1,20	9,00	13,3% ^b
Estrada (Vias de rodagem, Rodovias, Ferrovias, Pontes)	1,16	8,75	13,3% ^b
Porto (Terminais portuários)	1,16	8,75	13,3% ^b
Estação de tratamento	1,16	8,75	13,3% ^b
Capital Social e de Relacionamento	DP	M	CV
E13 - Sobre “compartilhamento de normas, valores e comportamentos em comum”			
Redes de compartilhamento	1,16	8,75	13,3% ^b
E14 - Sobre “esforços para construir e manter uma relação de confiança com as principais partes relacionadas”			
Clientes	0,75	9,31	8,1% ^a
Fornecedores	0,75	9,31	8,1% ^a
Partes interessadas (Parceiros de negócio, Sócios, Acionistas, Investidores, Comunidade)	1,13	8,88	12,7% ^a
Redes Sociais (comunicação)	0,77	9,38	8,2% ^b
E15 - Sobre “licença social para operações”			
Licença social	1,07	9,15	11,7% ^a
Impacto social (qualidade de vida, educação)	1,22	9,00	13,6% ^a
Projeto social (ações sociais)	0,89	9,25	9,6% ^b
Efeito social	1,21	8,85	13,7% ^a
Capital Natural	DP	M	CV
E16 - Sobre “os recursos ambientais renováveis e não renováveis”			
Recursos (Recursos renováveis; Fontes renováveis, Renovável; Recursos não renováveis; Fontes não renováveis, Não renováveis).	0,65	9,62	6,8% ^a
E17 - Sobre “elementos como ar, água, terra, minerais, florestais”			
Ar	0,76	9,50	8,0% ^b
Água	0,63	9,69	6,5% ^a
Terra (Solo)	0,87	9,62	9,0% ^a
Minerais (Minério)	0,63	9,69	6,5% ^a
Florestas (reservas)	0,44	9,77	4,5% ^a
E18 - Sobre “Biodiversidade e qualidade do ecossistema”			
Biodiversidade	0,44	9,77	4,5% ^a
Qualidade do ecossistema (Ecossistema)	0,44	9,77	4,5% ^a
Capital Financeiro	DP	M	CV
E19 - Sobre “os recursos disponíveis na organização para ser utilizado na produção de bens ou prestação de serviço”			
Capital de giro (Capital financeiro)	1,13	9,46	11,9% ^a
Crédito (Crédito obtido)	0,88	9,54	9,2% ^a
E20 - Sobre recursos “obtidos por meio de financiamentos, ou subvenções, ou gerados por meio de investimentos”			
Financiamento	3,64	7,29	49,9% ^c
Empréstimo	3,64	7,29	49,9% ^c
Doações	3,55	7,71	46,0% ^c
Receita	0,83	9,13	9,1% ^b
Subvenção	3,58	7,14	50,0% ^c
Investimento recebido	3,30	6,71	49,2% ^c

Legenda: DP: Desvio Padrão; M: Média; CV: Coeficiente de Variação

a: itens aprovados na primeira rodada; b: itens aprovados na segunda rodada; c: itens aprovados na terceira rodada

Fonte: Elaborada pelos autores.

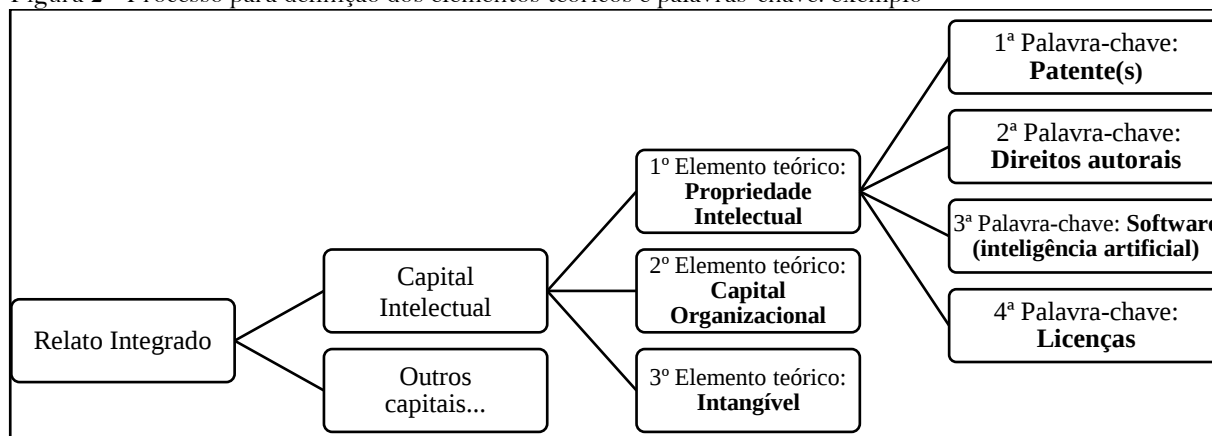
Portanto, por meio das 62 palavras-chave validadas (Tabela 3), esperava-se identificar informações-chave sobre os seis tipos de capitais nos relatos integrados divulgados conforme propõe o IIRC (2013).

4.4 Aplicação do instrumento de conformidade

Nesta fase, o instrumento validado foi aplicado em casos práticos para testar sua eficácia e ilustrar sua utilização. Foi realizada uma análise documental dos relatórios integrados divulgados em 2018 por três empresas: Itaú Unibanco, Votorantim e Gerdau. Essas empresas foram escolhidas a partir da constatação de que seus relatórios são mais bem elaborados, considerando que duas delas (Itaú Unibanco e Votorantim) participaram do projeto piloto em 2011, e desde então mantiveram as publicações do RI anualmente. Já a Gerdau recebeu, em mais de uma ocasião, o troféu transparência do prêmio ANEFAC, o que indica que a empresa se preocupa em publicar informações com qualidade ao mercado.

Para aplicar o instrumento de pesquisa foi necessário selecionar o conteúdo dos relatórios integrados como a unidade de registro, conforme proposto por Bardin (2016), para identificar os elementos teóricos por meio das palavras-chave validadas pela técnica Delphi. A Figura 2 ilustra como ocorre o processo de identificação dos elementos teóricos relativos a cada tipo de capital, utilizando-se as palavras-chave.

Figura 2 - Processo para definição dos elementos teóricos e palavras-chave: exemplo

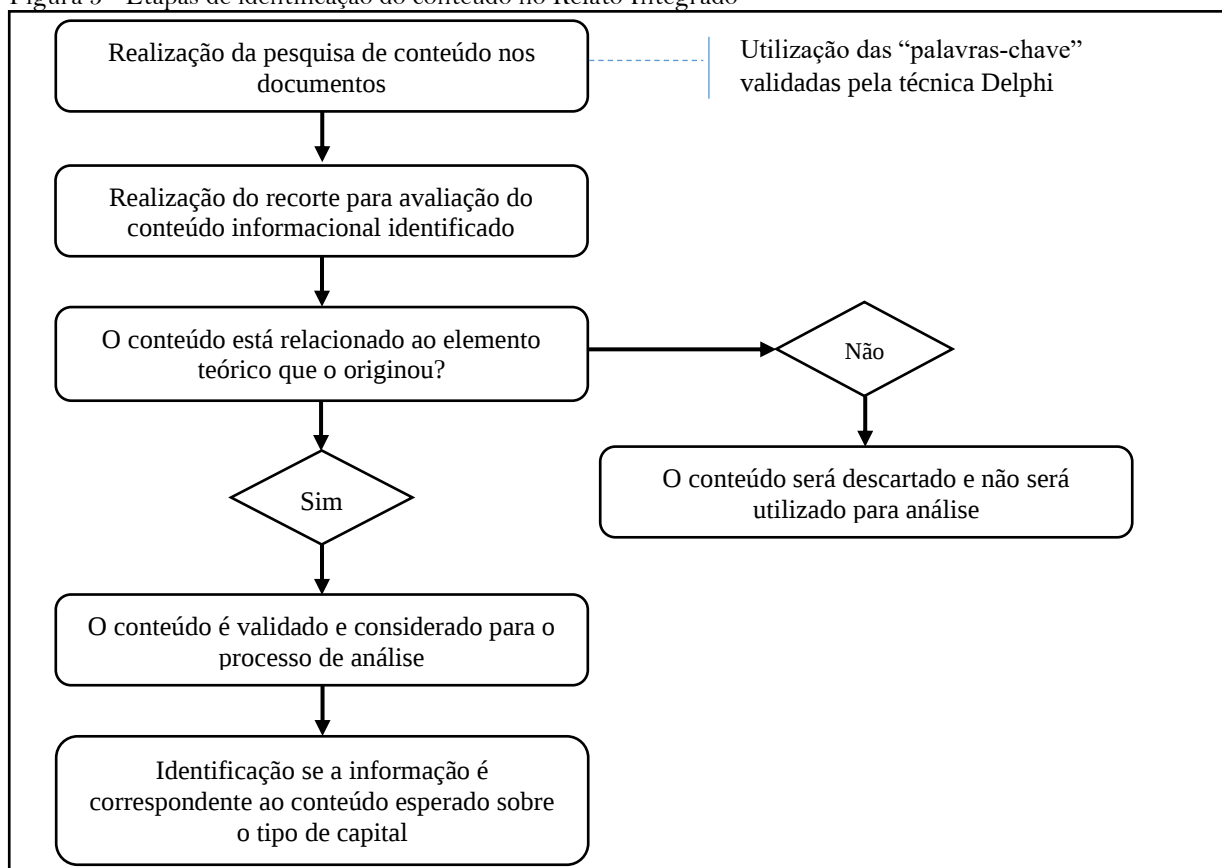


Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao observar a Figura 2, pode-se entender o processo de seleção dos trechos nos RI com base nas palavras-chave para identificar os elementos teóricos e, conseqüentemente, os capitais, conforme definido pelas diretrizes para o RI. Por exemplo, para o “capital intelectual”, os elementos teóricos podem incluir: ‘propriedade intelectual’, ‘capital organizacional’, e ‘intangível’(IIRC, 2013). Esses elementos então, poderiam ser identificados diretamente no conteúdo do RI por informações textuais onde se identifique as palavras-chave. Por exemplo, a ‘propriedade intelectual’ pode ser identificada em trechos que contenham as seguintes palavras-chave: ‘patentes’, ‘direitos autorais’, ‘software’ e ‘inteligência artificial’, e ‘licenças’. Todo esse processo de identificação de elementos teóricos com base nas palavras-chave do instrumento de conformidade foi realizado para os seis tipos de capitais.

Após a identificação das palavras-chave no texto do RI das companhias que compõem a amostra de pesquisa, foi realizada a seleção e coleta dos trechos que foram utilizados na análise. Esses trechos são equivalentes às unidades de contexto estabelecidas por Bardin (2016). Para isso, foi feita uma leitura no material selecionado avaliando se o conteúdo apresentado pela empresa representa os elementos e o capital correspondente. A Figura 3 ilustra essa segunda etapa do processo de análise de conteúdo.

Figura 3 - Etapas de identificação do conteúdo no Relato Integrado



Fonte: Elaborada pelos autores.

Os critérios definidos para esse procedimento têm como objetivo identificar o conteúdo informacional sobre os elementos teóricos relativos aos seis tipos de capitais. Para identificar o trecho (ou frase) correspondente ao elemento teórico definido, foi realizada a busca pelas palavras-chave, a partir do arquivo em formato PDF publicado pela empresa. Cada trecho dos relatórios identificado foi então avaliado, por meio da análise de conteúdo, na qual se realizou uma leitura detalhada dos trechos, observando se o significado da informação de fato se refere aos elementos teóricos investigados. Para tanto, foi definido como critério a avaliação pelo método gramatical, realizando a interpretação textual nos sentidos semântico e sintático, de forma a verificar o significado e a mensagem transmitida pelo texto (BARDIN, 2016).

Por fim, à presença de cada elemento teórico localizado foi atribuída nota igual a um, e à sua ausência, nota zero. Por meio da média aritmética dos elementos teóricos tem-se o índice de conformidade do respectivo capital. O índice foi calculado por meio da seguinte fórmula:

$$ICRI_{ptc} = \frac{\sum_i^n ET_{ipc}}{ET_{mc}}$$

$ICRI_{ptc}$: Índice de Conformidade ao Relato Integrado na empresa p , no ano t , referente ao tipo de capital c

ET_{ipc} : Somatório da quantidade de elementos teóricos i , identificados na empresa p , referente ao tipo de capital c

ET_{mc} : Número máximo de elementos teóricos possíveis no tipo de capital c

Os elementos teóricos que apareceram ao menos uma vez no relatório das empresas Gerdau, Itaú Unibanco e Votorantim receberam nota igual a um, enquanto as ausências dos elementos teóricos receberam nota zero. A média aritmética das notas dos elementos teóricos de cada tipo de capital compõe o índice de conformidade, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 - Índice de conformidade ao Relato Integrado

Tipo de Capital	Elemento Teórico	Gerdau	Itaú Unibanco	Votorantim
CH	E1	1	1	1
	E2	1	1	1
	E3	1	1	1
	E4	1	1	1
	E5	1	0	1
	E6	1	1	1
	E7	1	1	1
	ICRI_CH	1	0,86	1
CI	E8	1	1	1
	E9	1	1	1
	E10	0	1	1
	ICRI_CI	0,67	1	1
CM	E11	1	1	1
	E12	1	1	1
	ICRI_CM	1	1	1
CSR	E13	0	0	0
	E14	1	1	1
	E15	1	1	1
	ICRI_CSR	0,67	0,67	0,67
CN	E16	1	1	1
	E17	1	1	1
	E18	1	1	1
	ICRI_CN	1	1	1
CF	E19	1	1	0
	E20	1	1	1
	ICRI_CF	1	1	0,5
Índice de Conformidade ao Relato Integrado (ICRI_Geral)		0,762	0,789	0,738

Fonte: Elaborada pelos autores.

Por meio do instrumento foi possível constatar que todas as empresas apresentam os conteúdos esperados, no modelo do RI, referente ao Capital Manufaturado (CM) e Capital Natural (CN). Quanto ao Capital Social e de Relacionamento (CSR), apenas uma parte do conteúdo esperado foi publicado pelas companhias, não sendo identificado em nenhuma delas informações sobre “compartilhamento de normas, valores e comportamentos em comum”, atendendo então 67% do conteúdo esperado. Ainda em relação à Tabela 4, nos demais capitais – Capital Humano (CH), Capital Intelectual (CI) e Capital Financeiro (CF) – foram identificadas informações variadas entre as companhias, logo todas as três empresas têm conformidade de no mínimo 67% em relação a tais conteúdos.

Ao avaliar o índice de conformidade geral (ICRI_Geral), foi possível identificar que todas tiveram um resultado alto e próximo entre si, com destaque do RI apresentado pelo “Itaú Unibanco”, com maior nível de conformidade (0,789). Dessa forma, constatou-se que os RI divulgados pelas empresas atendem, em um alto grau, as diretrizes estabelecidas pelo IIRC quanto as informações relacionadas aos tipos de capitais, e podem ser definidos como de qualidade. De certa forma, os índices altos para essas companhias eram esperados, pois durante a verificação das informações, as três empresas foram definidas por serem reconhecidas pelo mercado em divulgar relatórios de qualidade e com alto nível de transparência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo desenvolver um *framework* teoricamente validado capaz de avaliar a conformidade da divulgação das informações sobre os capitais no RI das empresas com os parâmetros definidos pelo IIRC. Para atingir esse propósito, foi elaborado, a partir da literatura existente e seguindo as recomendações apresentadas pelo IIRC (2013), um instrumento que passou por um processo de avaliação de especialistas por meio da técnica Delphi.

A técnica Delphi foi realizada com a participação de especialistas com atuação nacional e internacional, que estão envolvidos com o RI. Ao todo foram realizadas três rodadas. Para avaliar o nível de consenso foi considerada uma nota média acima de 5 pontos para definir a validação das palavras-chave apresentadas no instrumento que representassem os elementos teóricos e, consequentemente, os tipos de capitais. Nos resultados da aplicação da técnica, dentre as 67 palavras-chave iniciais, 66 apresentaram média acima de 5 pontos, com 36 tendo nível de dispersão baixo (CV abaixo de 15%); outras 26 palavras-chave tiveram um CV entre 16% e 50%; e outras 4 palavras-chave apresentaram CV acima de 50%. Uma das palavras-chave (“religião”) apresentou média abaixo de 5 pontos e um CV muito alto (95,5%).

Considerando-se os resultados obtidos, as palavras-chave “Riscos (Gerenciamento de riscos, Monitoramento de riscos, Gestão de risco)”; “Lealdade”; “Equipamento de proteção individual (EPI); e “Seguro saúde” foram retiradas devido à alta dispersão. A palavra-chave “religião” foi excluída por não atender a nenhuma das duas medidas utilizadas (média acima de 5 pontos e baixa dispersão), portanto foi considerado um elemento não aceito. Todos os itens excluídos referem-se ao capital humano. Considerando isso, o instrumento final é composto por 62 palavras-chave, distribuídas em 20 elementos teóricos, que correspondem a seis tipos de capitais.

Entende-se que o *framework* resultante dessa pesquisa contribuirá, em termos práticos, para as empresas de auditoria ao fornecer um instrumento para avaliar a conformidade dos RI divulgados pelas companhias abertas, atendendo a obrigatoriedade de auditoria no RI divulgado pelas companhias abertas estabelecido pela CVM (Resolução 14 de dezembro de 2020). Além disso, o *framework* auxilia a mensurar o amadurecimento no processo de divulgação dos RI ao longo do tempo e a identificar os conteúdos relacionados aos tipos de capitais.

Em termos teóricos, a pesquisa também traz contribuições relevantes. Por meio da aplicação do instrumento desenvolvido, é possível medir o nível de conformidade entre o que é publicado pelas companhias como RI e o conteúdo informacional referente aos capitais, conforme orientações do IIRC. O instrumento pode ser adaptado por pesquisadores para diferentes propósitos, como atribuir notas à qualidade da informação ou trabalhar com a frequência absoluta de cada palavra-chave.

Ao utilizar o instrumento, vale ressaltar que depois de identificar as palavras-chave no texto, é necessário realizar uma leitura completa do trecho para avaliar se de fato, ele está relacionado ao elemento teórico e o capital correspondente. Cabe destacar que a medida dicotômica aplicada a partir da análise de conteúdo para as informações divulgadas em cada tipo de capital é um exemplo de critério associado à utilização do *framework*, sendo possível que os pesquisadores adequem tais critérios de acordo com seu objetivo de pesquisa, por exemplo, atribuindo notas quanto a qualidade da informação por estar completa ou incompleta, ou ainda trabalhar com a frequência absoluta com que cada palavra-chave é identificada nos relatórios. Dessa forma, os critérios a serem aplicados para a utilização do *framework* para avaliar o grau de conformidade aos elementos definidos pelo IIRC (2013) podem ser adaptados de acordo com o tipo de pesquisa e preferência do pesquisador.

Assim, é importante destacar algumas limitações ao utilizar o *framework*. Sua aplicação é mais adequada a companhias com fins lucrativos, uma vez que os termos podem ser mais comuns para esse modelo de companhias do que instituições sem fins lucrativos ou cooperativas, por exemplo. Outra possível limitação se trata do setor de atuação das companhias em análise, posto que para a elaboração foram observadas informações mais generalizadas. Nesse sentido, palavras-chaves mais específicas para alguns tipos de atividades podem não ter sido incluídas no instrumento, e com isso a informação não ser identificada. No entanto, essas limitações não impedem sua aplicação e

utilização em pesquisas com o propósito de verificar o nível de conformidade do conteúdo divulgado como RI pelas empresas e as diretrizes estabelecidas pelo IIRC (2013) quanto aos tipos de capital.

Para pesquisas futuras, sugere-se a aplicação do instrumento em companhias que façam a divulgação voluntária do RI para verificar se, de fato, evidenciam as informações dos capitais como recomendado pelo IIRC (2013). O instrumento também pode ser utilizado para verificar empresas que não fazem divulgação, e certificar se esses conteúdos já são apresentados em suas divulgações regulares de outros relatórios contábeis. Além disso, é possível aplicar o instrumento para verificar o grau de evolução do atendimento ao IIRC (2013) dos RI divulgados pelas companhias brasileiras no decorrer dos anos. Ainda seria possível utilizar o instrumento para avaliar como o volume de informações sobre os tipos de capitais, divulgadas como RI, pode afetar o valor de mercado das empresas emissoras.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARTH, M. E. *et al.* The economic consequences associated with integrated report quality: capital market and real effects. *Accounting, Organizations and Society*, v. 62, n. 1, p. 43-64, 2017.
- BELFIORE, P. *Estatística aplicada a administração, contabilidade e economia com Excel e SPSS*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- CARDOSO, C.; SILVA, L. M.; SILVA, R. P. A. Relato integrado: Divulgação dos Capitais Humano e Financeiro em instituições bancárias sob a ótica da Teoria da Sinalização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 24., 2017, Florianópolis, Santa Catarina. *Anais [...]* Florianópolis: CBC, 2017.
- CASONATO, F.; FARNETI, F.; DUMAY, J. Social capital and integrated reporting: losing legitimacy when reporting talk is not supported by actions. *Journal of Intellectual Capital*, v. 20, n. 1, p. 144-164, 2019.
- CHENG, M. *et al.* The international integrated reporting framework: key issues and future research opportunities. *Journal of International Financial Management & Accounting*, v. 25, n. 1, 2014.
- CORTESI, A.; VENA, L. Disclosure quality under integrated reporting: a value relevance approach. *Journal of Cleaner Production*, v. 220, p. 745-755, 2019.
- COULSON, A. B. *et al.* Exploring metaphors of capitals and the framing of multiple capitals: challenges and opportunities for IR. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 6, n. 3, p. 290-314, 2015.
- CUNHA, J. V. A. *Doutores em ciências contábeis da FEA/USP: análise sob a óptica da teoria do capital humano*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, FEA/USP, São Paulo, 2007.
- DALKEY, N.; HELMER, O. An experimental application of the delphi method to the use of experts. *Management Science*, v. 9, n. 3, 1963.

DELOITTE. *Guia de demonstrações financeiras exercício de 2016*: sua empresa atualizada com as regras contábeis brasileiras. 2017. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/audit/Guia%202016.pdf>. Acesso em:

ECCLES, R. G.; KRZUS, M. P. (Orgs.). *One report: integrated reporting for a sustainable strategy*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010.

ECCLES, R. G.; SPIESSHOFER, B. Integrated reporting for a re-imagined capitalism. *Harvard Business School General Management Unit*, v. 16-032, 2015. (Working paper, n. 25).

FARNETI, F. *et al.* The influence of integrated reporting and stakeholder information needs on the disclosure of social information in a state-owned enterprise. *Meditari Accountancy Research*, v. 27, n. 4, 2019.

FÁVERO, L. P. L. *et al.* *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GIOVINAZZO, R. A. Modelo de aplicação da metodologia delphi pela Internet: vantagens e ressalvas. *Administração Online*, v. 2, n. 2, abr.-jun. 2001.

GRISHAM, T. The delphi technique: a method for testing complex and multifaceted topics. *International Journal of Managing Projects Business*, v. 2, n. 1, p. 112-130, 2009.

HALLER, A. Value creation: a core concept of integrated reporting. In: MIO, C. (Org.). *Integrated Reporting*. London: Palgrave Macmillan, 2016.

HIRSCHEY, M.; RICHARDSON, V. J.; SCHOLZ, S. Value relevance of nonfinancial information: the case of patent data. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, v. 17, n. 3, p. 223-235, 2001.

IIRC. International Integrated Reporting Council. *Resposta à audiência pública da IFRS foundation*. 4 jan. 2021. Disponível em: <https://relatointegradobrasil.com.br/resposta-a-audiencia-publica-da-ifrs-foundation/>. Acesso em:

IIRC. International Integrated Reporting Council. *Brasil é prioridade para adoção de relato integrado*. 7 ago. 2019. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/brasil-e-prioridade-para-adocao-de-relato-integrado/>. Acesso em:

IIRC. International Integrated Reporting Council. *Integrated reporting framework*. 2013. Disponível em: <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>. Acesso em:

JENSEN, J. C.; BERG, N. Determinants of traditional sustainability reporting versus integrated reporting. An institutionalist approach. *Business Strategy and the Environment*, v. 21, n. 5, p. 299-316, 2012.

KASSAI, J.R.; CARVALHO, L. N. Relato integrado: a próxima revolução contábil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 15., São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: ENGEMA, 2013.

LEE, K. W.; YEO, G. H. H. The association between integrated reporting and firm valuation. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, v. 47, p. 1221-1250, 2015.

LAMES, E. R.; MIRANDA, G. J. Accounting concepts recommended by teachers and their relations with student performance. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 33, n. 2, p. 232-255, 2022.

LIMA, H. G.; SILVA, R. P. A. Disclosure de informações dos capitais não financeiros do setor de utilidade pública da BM&FBovespa: uma evidência a partir do relato integrado. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 11, n. 3, p. 120-142, 2017.

LINSTONE, H.; TUROFF, M. *The delphi method: techniques and applications*. San Francisco: Addison-Wesley Educational Publishers Inc, 1975. Disponível em: <https://web.njit.edu/~turoff/pubs/delphibook/index.html>. Acesso em:

MANTOVANI, F. R. *et al.* Relato integrado: uma análise da evidenciação dos capitais de uma empresa brasileira de grande porte. *Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos*, v. 4, n. 1, p. 30-45, 2017.

MARTINS, G. A.; DONAIRE, D. *Princípios da estatística: 900 exercícios resolvidos e propostos*. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 3. ed. São Paulo: Grupo Gen – Atlas, 2016.

MARQUES, J. B. V.; FREITAS, D. Método DELPHI: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. *Pro-Posições*, v. 29, n. 2, p. 389-415, 2018.

MIRANDA, G. J.; NOVA, S. P. C. C.; CORNACHIONE JUNIOR, E. B. Uma aplicação da técnica delphi no mapeamento das dimensões das qualificações docentes na área contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 8, n. 2, 2014.

OSBORNE, C. S. *et al.* What “ideas-about-science” should be taught in school science? A delphi study of the expert community. *Journal of Research in Science Teaching*, v. 40, n. 7, p. 692-720, 2003.

POWELL, C. The delphi technique: myths and realities. *Journal of Advanced Nursing*, v. 41, n. 4, p. 376-382, 2003.

PAVLOPOULOS, A.; MAGNIS, C.; IATRIDIS, G. E. Integrated reporting: an accounting disclosure tool for high quality financial reporting. *Research in International Business and Finance*, v. 49, p. 13-40, 2019.

RODRIGUES, M. A.; MORAIS, A. I.; CUNHA, J. V. Integrated reporting IR: o novo paradigma em corporate reporting. *Revisores e Auditores*, 2016.

ROZADOS, H. F. O uso da técnica delphi como alternativa metodológica para a área da ciência da informação. *Em Questão*, v. 21, n. 3, p. 64-86, 2015.

SANTIS, S. *et al.* Disclosure of intellectual capital components in integrated reporting: an empirical analysis. *Sustainability*, v. 11, n. 62, 2019.

VILLIERS, C.; VENTER, E. R.; HSIAO, P. K. Integrated reporting: background, measurement issues, approaches and an agenda for future research. *Accounting & Finance*, v. 57, n. 4, p. 937-959, 2017.

YOUSUF, M. I. Using experts' opinions through Delphi technique. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, v. 12, n. 4, p. 1-9, 2007.

ZHOU, S. *The capital market benefits of integrated reporting (<IR>): evidence from adoption of <IR> in South Africa*. 2014. Tese (Doutorado na School of Accounting) – UNSW Business School, Sydney, 2014.